

078ª SESSÃO ORDINÁRIA – 24AGO2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Guilherme Socias Villela.

O SR. RODRIGO MARONI: Quero fazer uma saudação especial ao Presidente Paulo Brum, ao Ver. Paulinho Motorista que está aqui, aos demais colegas, aos funcionários da Casa, às pessoas que estão nas galerias, às pessoas que nos assistem pela TVCâmara, em especial à Bancada do PP, ao meu colega Villela, que me cedeu o espaço aqui, e à Mônica, que concedeu, secundariamente. Vereadora esta por quem tenho muito apreço, pela forma democrática, visão ampla da política e o respeito às diversas opiniões que possamos ter. Como a Bancada do PP me cedeu este espaço, não poderia deixar de reconhecê-la como amiga, parceira, por quem tenho um carinho muito especial.

Diariamente, eu tenho falado em todos os lugares – e quem tem acompanhado o meu trabalho tem visto – que eu acredito que aqui no Parlamento, Ver. Cecchim, realizamos 5% do nosso trabalho, ou talvez menos que isso. O papel do Vereador, que é o papel direto – o que eu, diversos anos antes de ser Vereador, quando eu era do Movimento Estudantil, criticava –, tem que ser um papel de contato direto com causas e com a sociedade para que, efetivamente, a gente consiga observar e construir soluções efetivas para os problemas que a gente enfrenta. O Vereador é o canal mais direto; por isso, eu pouco passo na Câmara Municipal – e falo isso abertamente –, eu fico, Ver. Márcio, mais tempo na rua do que aqui dentro. Para minha surpresa, o bom desse contato é ver a realidade para além das questões que a gente imagina e muitas vezes não se tem acesso. Nem eu mesmo, sendo um cara da proteção animal, Ver.^a Fernandinha, imaginava que ia ver o que tenho visto no dia a dia. O caso de Cidreira, eu nem vou comentar, porque foi o extremo do extremo.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
078ª Sessão Ordinária 24AGO2015

Eu diria mais: hoje, no meu gabinete, eu tenho contatos, por exemplo, através do Major Luz, que é da P2, do serviço de inteligência da Polícia – inclusive, estamos os homenageando aqui –, que, concretamente, lida com os atos de violência. Tu falas aqui bastante, assim como a Ver.^a Mônica, sobre a questão da violência contra as mulheres, pelo que vocês tanto batalham, da violência religiosa, da violência sexual, da violência machista, etc. Lamentavelmente, hoje, temos que reconhecer que em 99% dessas violências não se chega a fato nenhum. Homicídio, latrocínio, pouco se chega, concretamente. Eu tenho, dentro do meu gabinete, pessoas ligadas à polícia, pessoas que trabalharam na polícia; a Ver.^a Mônica Leal tem um pai que foi do Exército; e a gente vê, hoje, que os índices de resolução para o caso dessas pessoas que matam, que ferem, que estupram, que agridem dentro de casa, de mulheres que são agredidas, como vocês falam, são mínimos. Por que eu resolvi e reafirmei? Eu tinha iniciado um trabalho – vamos dizer assim – de 20% ou 30%, Ver. Prof. Alex, relacionado a animais, o qual foi se ampliando. Porque vocês imaginem: se, hoje, uma pessoa é morta, e a possibilidade de se descobrir quem matou essa pessoa é de 10% ou menos, no caso de um animal, eu diria que é 100%. Eu recebo, hoje, Ver.^a Fernandinha, para tu teres ideia, de 150 a 300 casos graves por mês, de estupro a animal, de gente que fura olho de animal com caneta, de atropelamento... Atropelamento, eu nem diria, porque é uma coisa cultural, o camarada passa em cima e diz: “O cachorro passou na frente”. Passou em cima, qual o problema que tem? Então não há índice nenhum de proteção animal.

Eu falava aqui sobre o hospital público veterinário, o que é um reforço ao Prefeito essa ideia para se ter em todas as cidades. Eu pensava, quando entrei aqui, que essa luta não tivesse tanta intensidade. Hoje, eu diria que essa luta de se ter hospital público veterinário para além do nosso Município deveria ser feita em todos os Municípios. Diariamente, recebo imagens de bichos agonizando, eles têm que se acostumar com a dor de ficar 10, 15 dias sem atendimento; às vezes, a vida toda ficam se arrastando, morrem sem atendimento. Quero averiguar, porque eu ouvi um repórter ir à TV e dizer que a minha luta não deveria ser além da Comarca de Porto Alegre. Quero dizer que eu não me considero somente um Vereador de Porto Alegre, eu me considero um lutador pela causa animal. Ser Vereador é um estado momentâneo, no final do ano que vem, pode acabar. Agora, eu sou um protetor animal, um defensor de uma causa, o que transcende qualquer comarca de Município. Ou vou deixar um animal morrer em Viamão, em Cachoeirinha, em

Caçapava? Vou deixar um bicho atropelado em outro Município e não vou atender a essa demanda? Vou me restringir até a ponte do Guaíba, até a saída de Alvorada, até a saída de Cachoeirinha e pronto? Morreu do outro lado da quadra, eu não faço nada? Não me importa a Cidade. Por isso, além do hospital público veterinário, João, tu que já fizeste política estadual para o esporte, eu também defendo a questão da delegacia municipal, que é fundamental. Eu tenho ido à casa das pessoas que recebem denúncias de maus-tratos, temos gravado e divulgado muitos vídeos, e é impressionante a cara de pau de gente que estupra, que bate com madeira, com mangueira, que deixa um bicho preso durante 10, 12 anos a uma coleira que muitas vezes ele não consegue nem se deitar, que os deixam sem alimentos durante duas, três semanas! Isso é comum! Aí eu pergunto: a quem recorrer? Muitas vezes, a Brigada não pode tomar conta. A Polícia Civil, se tiver provas, pode ir, e nada acontece.

Então, a questão da delegacia é fundamental. Assim como tem a Delegacia da Mulher, que se tenha uma delegacia dos animais. Há centenas de animais de estimação hoje, 80% da população têm animais de estimação.

Eu conversei com uma terapeuta, uma psicóloga, e ela me disse que a maior parte das pessoas tem frustrações – nós vemos muita gente, a maioria do seres humanos; a nossa espécie está retroagindo, não está evoluindo no aspecto de pensamento, de conceito, de concepção de vida. Essa frustração, esse emburrecimento da espécie humana, esse atraso se reverte diretamente aos animais. Uma pessoa frustrada, magoada, chega em casa e desconta no seu animal doméstico. E, por isso, uma delegacia municipal é fundamental. Se falava em hospital público; eu falo que, além do hospital público, deve haver a delegacia.

Também comento sobre a parceria que o Município poderia fazer – é um convite, um indicativo que faço, Ver. Villela, já falei para o Prefeito e vou reforçar isso com ele, ou com o próximo, que seja a Luciana Genro, o Fortunati, quem for – parcerias com as clínicas veterinárias públicas, para não sobrecarregar a SEDA. Se cada veterinário atendesse 300 casos, já minimizaria o número de castrações que sobrecarregam a SEDA hoje.

O Sr. João Bosco Vaz: V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) A delegacia a que V. Exa. se refere é a delegacia de polícia?

O SR. RODRIGO MARONI: Uma delegacia que poderia ser da Guarda Municipal mesmo. Nós estávamos falando isso. Quero que tu, por exemplo, com mais experiência que eu, penses onde poderíamos encaixá-la. Poderia se a própria Guarda Municipal.

O Sr. João Bosco Vaz: Não. A função da Guarda municipal não é essa. Ela tem um estatuto, há muito tempo, que tem que ser cumprido ou alterado, nem sei se pode ser alterado. Então, em se tratando de delegacia, está no âmbito estadual.

O SR. RODRIGO MARONI: O problema de ser estadual, Ver. João – depois podemos tomar um café e falar sobre isso – , imagina um cara lá de Caçapava...

O Sr. João Bosco Vaz: Não é para ser estadual, é o Governo Estadual que tem de tomar a iniciativa para instalar uma delegacia em Porto Alegre. Não é o Município.

O SR. RODRIGO MARONI: Ah, entendi. Poderia ser estadual, então, Uma boa ideia, que seja estadual. Mas que se tenha esse recurso que hoje não tem. Hoje, sabe o que faz um camarada que vê maus-tratos, Ver. João? Ele me liga, ou liga para quem ele conhece, tenta ligar para a Brigada, mas muitas vezes não é atendido, porque a Brigada nem dá conta da questão das pessoas, que dirá dos animais. Eu diria que não tem ninguém que resolva todos os maus-tratos, ninguém que atenda. E por isso, eu tenho ido nas casas – tu tens acompanhado na agenda –, para tentar, pelo menos, mediar esta situação e tirar o sofrimento do animal. Eu não estou indo lá enquanto policial, enquanto guarda, dar carteiraço, nem nada. A minha intenção, como não existe a quem recorrer, é que haja, pelo menos, um servidor público que vá lá naquela casa e intervenha, para que não haja tantos maus-tratos, ou que o camarada que atropelou seja responsabilizado, que alguém abra algum indiciamento para que casos de maus-tratos sejam investigados e acompanhados.

A outra questão, Villela, na minha opinião, diz respeito à castração. Tu só podes resolver a questão do abandono dos animais com a castração. Eu vou bater nessa tecla até o fim da vida, porque, se tu castras 100%, daqui a 15 anos, 20 anos, tu não tens problema de abandono como tens hoje. Agora, enquanto não houver uma política específica – hoje, a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
078ª Sessão Ordinária 24AGO2015

SEDA não tem condições, porque é muita coisa com esta verba pequena –, nós não vamos conseguir atingir isso.

Além disso, temos que tentar – e aí eu quero fazer indicativo no Município para que pudesse virar exemplo, quero procurar algum Deputado Federal ou Estadual – implantar uma disciplina extracurricular de educação animal – eu tenho falado isso. A nossa geração foi criada com cachorro e com gato. A do Villela mais ainda, no meio dos cavalos, das ovelhas, com os animais. A geração que vem aí cuida do videogame e do computador; pouco tem contato com outros humanos, Alexandre. A tua consciência classista, sindical... A gente tem que ganhar essa gurizada das escolas para isso, assim como tem que ganhar para a questão dos animais. Hoje, cada vez mais, se estimula o individualismo, as pessoas a pensarem só em si, no enriquecimento, no que se tem, e não no que se é. É fundamental ter uma disciplina sobre a questão do abandono e de educação animal.

Convido os meus colegas para me acompanharem nas visitas. Inclusive, Villela, como um símbolo da tua experiência, eu queria que tu fosses numa comigo. Diariamente eu tenho ido em visitas para doar ração – é outra coisa que se tem que ter. Tem gente que cria 300, 400 animais. O Município deveria ter uma bolsa ração, alguma coisa assim. E há casos tristes de maus-tratos, de atropelamentos. Muitas noites, eu dormi com pesadelo pelo que eu vi, todos os tipos de acontecimentos. Convido os meus colegas a irem comigo, aqueles que puderem, aqueles que quiserem pegar essa causa, porque é uma causa muito nobre, é uma causa que faz bem para a gente, é uma causa que vale a pena, que as pessoas reconhecem. Eu costumo dizer, Delegado Cleiton, que nós, que temos aqui pouco espaço de visibilidade que a imprensa dá, essa é uma causa que, para além de tudo, vale a pena, porque demonstra... Eu tenho orgulho de mostrar que existem maus-tratos, abandono e dar visibilidade – o que se consegue, enquanto Vereador – para essa causa. Então, convido os meus colegas, o Casartelli, o João Bosco Vaz, entre outros, a virem nas visitas porque o que se vê é um absurdo em cima do outro. Eu, diariamente, vou e vejo as pessoas, lamentavelmente, transferindo toda a maldade humana e toda questão de a nossa espécie estar como está para os animais.

Por fim, quero reafirmar, neste Grande Expediente, o agradecimento ao Villela e dizer que eu não vou me conter ao Município de Porto Alegre. Publicamente, venho aqui dizer isso, porque não estou num papel simples de puramente Vereador. A gente está Vereador,

mas é ser humano. E, quando se é ser humano, tudo que é causa humana ou causa de Vereador nos cabe. Não só como Vereador. Eu poderia estar no lugar do Amaranto ali, como *cameraman*, e fazendo a mesma coisa; eu poderia estar no lugar da Ana, que cuida do nosso café e da limpeza, que faz a mesma coisa. Vai acabar o meu mandato e vou continuar fazendo a mesma coisa. Quero agradecer, novamente, ao Villela, ao PP e convidar vocês a virem comigo. Villela, pelo carinho que tu tens comigo sempre, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Ver. Paulinho Motorista, que está secretariando a Mesa; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, 15 minutos realmente é um latifúndio de tempo para que possamos fazer da tribuna algumas considerações. No ano passado, eu apresentei um projeto nesta Casa que foi aprovado pelos meus Pares, meus queridos companheiros Vereadores de um Refis municipal. O projeto foi vetado, derrubou-se o Veto, e a Procuradoria pediu a inconstitucionalidade. Isso já passou. Mas eu quero hoje, aqui, aplaudir a Secretaria da Fazenda do Município de Porto Alegre, que vai trazer aqui nos próximos dias, não sei se pelo Secretário ou pelo próprio Prefeito, um projeto de Refis municipal do ISSQN, em princípio. Quiçá, logo em seguida ou no ano que vem, um projeto de Refis do IPTU. Há muita gente, Ver. Delegado Cleiton, muitas pessoas que têm um terreno e querem refazer uma casa ou reformar a sua casa, e não conseguem pegar um empréstimo por estar devendo IPTU na Prefeitura. Outras pessoas querem vender ou trocar a sua casa. Eu peguei dois exemplos lá do Jardim Sabará: um queria reformar a sua casa, mas não podia porque estava em dívida com o Município, não podia pagar o IPTU, então não conseguia o empréstimo na Caixa Federal; o outro precisava vender o seu terreno, para sustentar a própria mãe, era uma herança de família, mas não conseguia pagar o que tinha de dívida na Prefeitura. Por isso fiz esse projeto do Refis. E, hoje, para a minha felicidade, eu sei que o Prefeito e a Secretaria da Fazenda encaminharão para esta Casa um projeto de Refis do ISSQN.

Há muitas pendências. Eu sei que os contadores, por exemplo, Ver. Bernardino, os escritórios de contabilidade, as empresas de contabilidade têm uma pendência, uma discussão, melhor dito, junto à Prefeitura sobre o sistema de pagamento do escritório e dos profissionais liberais de contabilidade. E, com esse projeto, tenho certeza, vai-se arredondar, colocando esses profissionais, esses escritórios e muitas empresas que têm um débito de ISSQN na regularidade. Colocar na regularidade quer dizer dar condições para que essa empresa e esses cidadãos, essas pessoas, esses profissionais liberais possam quitar o seu débito junto à Prefeitura. A Prefeitura vai arrecadar e precisa arrecadar, para que possa dar os serviços que o cidadão de Porto Alegre merece, serviços que são de direito do cidadão. Nós precisamos cobrar de todos, a Prefeitura precisa cobrar de todos, e esse projeto vai facilitar o pagamento. E eu tenho certeza, então, de que chegaremos ao fim do ano um pouquinho mais tranquilos: tanto os cofres do Município quanto os cidadãos.

Parece que o Ver. Bernardino Vendruscolo também está vendo uma luz no fim do túnel em relação ao projeto que há anos ele apresenta, um acordo, acho que um novo diálogo foi estabelecido, o Secretário Tonetto numa conversa *tête-à-tête* com Vereadores, com a sociedade. Acho que isso está fazendo bem para as finanças do Município, está fazendo bem para as empresas que querem investir mais ou reinvestir, para os cidadãos que estão com alguma pendência na Prefeitura poder se regularizar. Então, no início deste Grande Expediente, quero cumprimentar o Prefeito Fortunati, o Vice-Prefeito Sebastião Melo, o Secretário da Fazenda Tonetto e sua equipe da Secretaria, que estão organizando esse projeto, que está chegando aqui na Câmara, para que se faça justiça fiscal com todos os cidadãos.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Preciso fazer um registro: esse Refis tem o seu mérito, sua luta, sua marca. Vossa Excelência está elogiando, mas eu vou fazer uma crítica: acho que o Governo deveria construir para que V. Exa. rerepresentasse esse projeto do Refis, porque foi V. Exa. que trouxe o assunto a esta Casa, e nós votamos aqui. Quero, com todo o respeito, creditar este assunto a Vossa Excelência. Não vou me apartar dessa opinião, porque não acho justo. Já passei por isso, em outros momentos tive projetos derrotados, meses depois o Executivo encaminhou, eu não acho certo isso. É lamentável. Quero fazer um registro.

Vossa Excelência é um empresário que todos conhecemos, fala com propriedade, já foi Secretário da SMIC, enfim, mas, Ver. Cecchim, estou falando porque sei que vai concordar comigo: nós precisamos fazer com que o Executivo, as Secretarias e os departamentos se conscientizem e conversem entre si. Nós estamos vendo que aqui em Porto Alegre os licenciamentos estão demorando muito, muito tempo. As Secretarias não conversam entre si. Os nossos representantes do Executivo estão viajando, falando sobre Porto Alegre, mas a Cidade está esburacada, tem muitas obras paradas. Estou falando isto porque quero dar um depoimento e sei que esta é a sua angústia, V. Exa. é da base do Governo e sofre com isso. Quero me somar ao seu sofrimento, V. Exa. é um empresário, um homem progressista, um homem que entende. Então, eu quero me somar, quero elogiá-lo. Era isso que eu gostaria de fazer aqui neste momento, Vereador.

O SR. IDENIR CECCHIM: Muito obrigado, Ver. Bernardino Vendruscolo. Nós sabemos que a luta para se aprovar projetos, aqui na Câmara, é árdua para todos nós. Mas, também, assim como a Procuradoria, que levantou essa inconstitucionalidade, eu fico feliz que isso seja corrigido e apresentado pelo Executivo. O importante é que o cidadão e as empresas tenham essa oportunidade de regularizar os seus débitos.

Agora, eu queria aproveitar, nesse período de Grande Expediente, Ver. Guilherme Socias Villela – nosso sempre Prefeito, querido colega, uma das alegrias que eu tive nesta Legislatura foi ser seu colega, além de amigo, eu aprendo muito com V. Exa., então eu queria dar esse testemunho aqui da tribuna –, para dizer que eu tenho realmente lutado e visto as coisas, ao olhar para as coisas do dia a dia da Cidade, e vejo que há um verdadeiro monopólio das bancas de revistas e de chaveiros. Nunca houve, nesta Cidade, tantas bancas de chaveiro e grandes bancas de revistas também. Só que as que existiam no meio da quadra foram todas puxadas para a esquina. E isso é impressionante. Então, agora que nós estamos nos encaminhando para resolver um tema importantíssimo, que é o mobiliário urbano, eu queria chamar a atenção da Prefeitura para este absurdo que está acontecendo: nós estamos entregando as calçadas para duas empresas.

O Sr. Engº Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cecchim, já que o senhor tocou no tema das bancas, eu peço este aparte para falar justamente sobre mobiliário urbano. Mobiliário urbano está numa relação direta com esta

Câmara assim como a promessa de São Tomé: temos que ver para crer. Digo isso porque eu já estou na terceira gestão, e, desde o primeiro dia que chegamos aqui, está anunciado que seria mandado um projeto global do mobiliário urbano para a Cidade. Já se passaram mais de dez anos e esse projeto não vem. Enquanto isso, a Cidade fica nestes desencontros: são as paradas de ônibus, são os bancos, são os audiovisuais, são as bancas de chaveiros, de revistas, entre outros, que são espaços públicos que podem ter – e devem ter – um padrão, uma uniformização, devem ter uma estética da apresentação urbanística. Então o mobiliário urbano é um potencial fantástico que a Prefeitura está devendo à cidade de Porto Alegre. Nós continuamos no aguardo, e inclusive o senhor participou conosco, aqui na Câmara, de muitas reuniões na CUTHAB ainda em 2010, 2011, quando analisamos as propostas dos editais, e nenhum deles se tornou realidade. Queria fazer esse registro e contribuir com o seu debate. Muito obrigado.

O SR. IDENIR CECCHIM: Muito obrigado, Ver. Comassetto. É verdade, na época em que precisamos arrecadar para o Município, não podemos entregar esses espaços fantásticos, junto com as bancas, com os chaveiros. Nós não queremos tirar os chaveiros, nem os donos da banca, queremos apenas que não se explore esses espaços fantásticos sem a Prefeitura ganhar nada, só as empresas. E tem mais outra: os *outdoors*. Cada um que chega coloca quantos *outdoors* quer e do tamanho quer – inclusive em terrenos da Prefeitura, o que é proibido –, tapando árvores. Eu dou um exemplo: entre a saída do Iguatemi e o Bourbon Shopping tem um monte de *outdoors* enormes que dão para os fundos do Country Club. Isso não pode, está na lei que não pode! Na esquina da Av. Nilo Peçanha com a Av. João Wallig é totalmente irregular. Não precisa nem modificar a lei, é só fiscalização. Há uma série de coisas que a Cidade precisa apenas fiscalizar, fazer cumprir a lei. As pessoas que detém esse monopólio exploram a Cidade, cada vez mais. E temos que fazer com que apenas a lei seja cumprida e o Município possa fazer a arrecadação que lhe cabe para investir em creches, para investir na saúde, para tapar buraco, sim, para fazer as coisas que o cidadão merece pelos impostos que paga. E quem pensa que não paga imposto... todos pagam, até quem come só feijão, arroz e bife já está pagando imposto. Quem compra tomate pode não pagar o imposto direto, mas tem alguém que é cobrado nos impostos indiretos. É uma situação em que nós

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
078ª Sessão Ordinária 24AGO2015

precisamos ajudar o Executivo a fiscalizar, a direcionar essas licenças para que sejam do Município e não de duas ou três empresas que exploram esses locais e cobram uma publicidade altíssima. Por exemplo, numa banca de revistas só pode colocar publicidade em dois locais e eles colocam em três e fica por isso mesmo. Ninguém dá bola. O dono dessa empresa faz de conta que não sabe, a Prefeitura faz de conta que não vê, e assim vai se passando. Há escolas com *outdoor*, é proibido, não pode. Em terrenos da Prefeitura, em comodato, não pode colocar, mas eles alugam, alguém está alugando isso; nas nergas, nas perimetrais, onde é terreno da Prefeitura, estou cansado de ver *outdoor* fixado. Eu tenho certeza de que ninguém recebe, do Poder Público, da Prefeitura, da Secretaria, só quem recebe são as empresas, que cobram verdadeiras fortunas para isso, em função dessa publicidade, que é garantida, que é enorme. As empresas não podem colocar mais de “x” metros quadrados de propaganda; agora, ao lado da empresa, vem uma empresa de *outdoor* e coloca cem metros quadrados de propaganda, fazendo uma concorrência desleal, fazendo com que se faça uma publicidade num terreno público, sem custo algum para essa empresa. A Prefeitura precisando de recursos, o cidadão precisando de serviços da Prefeitura, e nada é feito para que se organize isso há muitos anos. Há problemas, certamente há problemas nas Secretarias que licenciam isso; nas Secretarias que fiscalizam isso; há problemas na Procuradoria, também, sobre esse assunto, que têm que ser resolvidos de uma vez por todas. Eu estou levantando esse assunto há mais de dois ou três anos e acho que está na hora de alguém tomar providências. Eu espero que não se precise tomar providências drásticas aqui na Câmara, espero que eu não precise fazer isso, porque é um verdadeiro abuso dos espaços públicos por duas ou três empresas, e por meia dúzia de malandros que estão soltos na cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho, como Liderança de oposição – já conversei com as duas bancadas, o PT e o PSOL, além do PCdoB –, trazer aqui uma das temáticas que faz parte do plano de oposição que nós

fizemos, nesta Casa, quando assumimos, no sentido de discutir e aprofundar a discussão de questões de interesse da cidade de Porto Alegre.

E hoje eu trago a questão da mobilidade urbana, Ver. Sgarbossa; há pouco, fizeram um seminário, inclusive na Comissão de Direitos Humanos. Um dos instrumentos, na mobilidade urbana, que eu acho estratégico para essa temática e que pode sofrer uma interrupção em Porto Alegre é o Bike Poa. Em funcionamento há três anos, são 774 mil viagens desde então, são 400 bicicletas à disposição para uso; muito pouco ainda, muito pouco, precisamos espalhar por toda Porto Alegre, não só na zona mais central, mas em toda nossa periferia também, para quem se desloca, inclusive, no seu mesmo bairro para trabalhar. As pessoas trabalham também nos seus bairros. São 153 mil usuários cadastrados e só cinco bairros – hoje só funciona em cinco bairros.

E eu estou me valendo aqui, eu gosto sempre de dizer a fonte, de uma reportagem que saiu hoje no jornal Diário Gaúcho. É uma reportagem importante, porque esse é um instrumento importante, sob o ponto de vista da mobilidade urbana, e mais uma vez nós vamos ver que pode ser prejudicado em função de problemas de gestão – eu não tenho dúvida –, de gestão, despreparo, de gestão que traz prejuízo para a cidade de Porto Alegre. Foi assim na questão de licitações: na licitação dos ônibus, dos parquímetros, dos relógios públicos e agora da Bike Poa. E essa reportagem traz depoimentos de pessoas que são usuárias desse sistema (Lê.): “Um dos serviços mais utilizados e comemorados, em Porto Alegre, nos últimos anos, pode parar de funcionar por tempo indeterminado.” Cita o jornal Diário Gaúcho. Exatamente porque não houve, no prazo da gestão, que seria julho, a chamada, do prazo da licitação, a chamada para que isso ocorresse. Então, a Capital vai ter um novo processo de licitação, e, caso a vencedora na disputa, não seja a mesma empresa que detém o contrato atualmente – pode não ser, pode ser outra empresa que ofereça melhores condições para a cidade de Porto Alegre, para a gestão pública –, está prevista a interrupção das viagens para troca de equipamentos. E sempre que numa licitação se pode melhorar, é também dever da gestão pública dar ganho de causa para aquela que corresponde a mais interesses dos usuários. O problema é semelhante ao registrado em relógios digitais e parquímetros, que estão fora de operação por demora envolvendo esse processo de licitação.

O coordenador de comunicação da Mobicidade – Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta, Cadu Carvalho, diz da possibilidade de uma possível suspensão do serviço, e

isso reflete muito a gestão ineficiente da Prefeitura. Estou aqui reproduzindo o que dizem os que se mobilizam em torno dessa questão, o que os usuários estão colocando.

Coloco também algo triste e preocupante na Cidade que, com um pouco de planejamento, seria possível resolver. Muitas pessoas utilizam as bicicletas do Bike como meio de transporte para o trabalho, e deixar essas pessoas sem esse serviço é muita irresponsabilidade, isso por não ter chamado, em tempo hábil, a licitação. Aqui quero fazer uma relação de transversalidade. As bicicletas do Bike, que, em Porto Alegre, têm que aumentar, têm uma relação direta sob a ótica de pensar no mais amplo: a questão da mobilidade e do que ela significa com o Bike Porto Alegre, a mobilidade em seu todo; no rumo que tem que tomar para qualidade de vida das pessoas e dos trabalhadores de Porto Alegre, inclusive dos próprios trabalhadores das empresas de ônibus.

O Pablo Weiss, membro da Associação dos Ciclistas de Porto Alegre, entende que a Administração deveria estar preparada e se planejar previamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Jussara Cony prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Obrigado, Sr. Presidente. Vou terminar em nome da Liderança do PCdoB, porque a causa é a mesma da oposição em relação a esta e a tantas outras questões.

Eu estava falando no Pablo Weiss, que entende, como todos nós, que a Administração tinha que estar preparada e ter se planejado previamente para essas eventuais mudanças. Essa possibilidade de uma nova empresa ganhar o processo, assim como eu falei há pouco, o Pablo Weiss disse que não é vista com maus olhos, porque pode, inclusive, melhorar o serviço. Até porque o serviço atual é deficitário, as condições das bicicletas não são boas, elas não recebem manutenção frequente, as estações ainda estão muito concentradas nas zonas centrais, falava há pouco, deixando de atender à periferia. Diante disso, se existe a possibilidade de um serviço melhor, naturalmente que a licitação é que pode dar a segurança de um serviço melhor para as pessoas, por isso não deveria ter atrasado essa licitação. Há mudanças previstas na nova licitação que, inclusive, são trazidas aqui pelo próprio presidente da EPTC. Uma delas – naturalmente que, se tivesse saído em julho, já estaríamos bem adiantados – é a importância, por

exemplo, de termos um outro contrato em que o pagamento de parte das receitas da empresa para a Prefeitura – segundo a EPTC – seria para a compra de materiais para fiscalização, para recuperação. A empresa deve garantir a manutenção, mas a Prefeitura teria uma parte desse dinheiro para fiscalização, para ver se a empresa está cumprindo o contrato do edital de licitação.

A previsão da Prefeitura não serve como alento, porque a Bike Porto Alegre é para outubro, se a empresa atual não vencer a licitação. E não é por isso que a empresa atual tem que vencer, mas, sim, a que trazer melhores condições sob o ponto de vista do dinheiro público e dos usuários terem um serviço público mais consequente, com maior qualidade e em maior número também. Então, essa previsão não serve como alento para os usuários, que já estão pensando em formas alternativas. Há um garçom aqui que diz que ele vem do bairro Menino Deus em 15min com a sua *bike* e, se ele for pegar ônibus, vai levar uma hora; ou seja, muito mais tempo e deixando de ter qualidade de vida. O que deve mudar numa licitação? São várias as pessoas que estão dando opinião, principalmente os usuários. O contrato atual com a Serttel e o Banco Itaú expira no dia 22 de setembro; o edital que estava previsto para julho atrasou e deve ser lançado até o final do mês de agosto. A empresa vencedora deverá ser anunciada até o final de setembro, então, só lá por outubro! “A empresa que ganhar a licitação irá operar o serviço durante cinco anos e, assim como o modelo atual, poderá utilizar...” Aí é um patrocínio externo, aí é uma questão da empresa. Dentre as mudanças previstas, o número de estações está posto de 40 para 80 até o final do futuro contrato. Eu acho que é pouco, ainda digo mais: eu acho que nós temos que intervir nesse processo, como Vereadores, no sentido de que nós tenhamos as periferias também atendidas, porque não é só o Centro. O novo edital também prevê o pagamento de parte das receitas à Prefeitura. Bom, se é para fiscalização, vamos usar esse dinheiro para fiscalizar se a empresa está efetivamente cumprindo, a empresa que ganhar a licitação. E o preço seria o mesmo: de R\$ 5,00 por viagem ou aqueles R\$ 10,00 por mês.

Finalizo dizendo, em nome da oposição, que essa é uma política pública que todos nós... Eu falo em nome da oposição, porque, particularmente, nós temos nos dedicado muito, seja na Comissão de Direitos Humanos, seja na Comissão que trata da questão de mobilidade urbana, seja na Comissão de Saúde, porque nós entendemos essas

transversalidades e entendemos também que a gestão está deixando a desejar em algo que é uma política importantíssima para a cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Marcelo Sgarbossa solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia de 20 de agosto de 2015.

O Ver. Idenir Cecchim, na condição de Líder da Bancada do PMDB e nos termos do art. 218, § 6º, do Regimento, solicita Licença para Tratamento de Saúde para o Ver. Professor Garcia no período de 22 a 28 de agosto de 2015.

O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: Boa tarde, Sr. Presidente Paulo Brum; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; pessoal que nos assiste nas galerias e funcionários desta Casa; como a Ver.^a Jussara Cony acabou de falar aqui com muita experiência e batalhando sempre pela nossa população de Porto Alegre, com certeza, cada vez que melhora o transporte em Porto Alegre, a população ganha com isso. Falando em Bike Poa, com certeza, isso traz qualidade de vida para a nossa população. Estávamos aqui falando sobre violência contra a mulher. Devemos, sim, ter bastante respeito com as mulheres, falo aqui transparentemente, porque aprendi, com certeza, desde infância, a respeitar as mulheres. Tenho, na presidência da CEDECONDH, o que me orgulha muito, a nossa Ver.^a Fernanda Melchionna, que vem fazendo um ótimo trabalho. Ela é a presidente da nossa Comissão, e a gente não tem aquela coisa assim do homem comandar ou da mulher comandar, mas, sim, comandar com experiência a favor da população, trabalhando em prol da sociedade, como faz a Ver.^a Fernanda. Trabalhei, também, na COSMAM, junto com o nosso Ver. Paulo Brum, logo que cheguei a Casa; a Vice-Presidente era a Jussara Cony, sempre muito tranquila, depositando a sua experiência em prol da sociedade.

Eu quero continuar falando do nosso transporte público. Iremos lutar cada vez mais para que o transporte público de Porto Alegre sempre melhore para os usuários, porque fomos eleitos para trabalhar pelo povo. Vamos continuar fazendo, cada um, um pouco, como sábado agora. Tivemos uma reunião no bairro Lami para tratar de regularização fundiária, lá onde trabalham vários Vereadores aqui presentes. Poderia citar todos, mas são vários

Vereadores. Estivemos lá sábado, o Dr. Thiago estava presente, o Cassio Trogildo estava presente, o Eng^o Comassetto estava presente, o Delegado Cleiton estava presente. Cassio, que bom a gente poder trabalhar junto, não é Cassio? Não puxar a corda um para um lado, outro para o outro, tipo assim: esta aqui é a minha área, esta aqui ninguém entra. Coitado de um Vereador se ele achar que comanda toda a Porto Alegre, não é, Pablo? Não é, Márcio? Então, cada um faz um pouco, os 36 Vereadores, cada um ajuda um pouco. Trabalhei bastante com a Ver.^a Sofia em várias situações, e a gente quer agregar mais para que a população ganhe com isso. Não queremos tomar conta da situação, porque não somos nenhuma “bola dez” para dominar toda a Porto Alegre, e sim para todos juntos, como todos têm feito aqui, Ver. Villela, sempre Prefeito, me observando. Agradeço sempre a experiência que vocês me passaram quando cheguei a esta Câmara. Procuro aprender, cada vez mais, com os Vereadores mais experientes; sempre vou querer aprender, para poder fazer um trabalho bom e digno para a sociedade, para aqueles eleitores que votaram em mim ou em outros Vereadores – porque todos têm o direito de votar, ninguém é obrigado a votar neste ou naquele Vereador –, depositando a confiança em nós, representantes desta Câmara Municipal, para podermos trabalhar juntos e honrar a votação que nos foi concedida através das urnas.

Eu quero deixar um abraço a todos e dizer que, cada vez mais, trabalharei em prol da população de Porto Alegre para que não venha a se envergonhar e a sofrer, porque, a cada dia que passa, Sr. Presidente, a população sofre com a situação por que está passando. A população, que vem sofrendo com a corrupção e com a falta de serviço, pode contar, sim, com todos nós, 36 Vereadores, para que façamos um bom trabalho, ajudando a população, a sociedade e as comunidades a viverem dignamente, a cada dia, neste momento tão difícil por que estamos passando. Um abraço a todos, pessoal.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Boa tarde, Sr. Presidente. Prezado colega Ver. Paulinho, é verdade, nós sempre estamos aprendendo aqui e precisamos ter, cada vez mais, tolerância. Eu, que estou sempre aprendendo, vou ser sincero: tenho muita

dificuldade em ser cada vez mais tolerante, Ver. Mario Manfro. Por exemplo, há dois anos e meio, prezados colegas, eu ouço aqui, na Casa, falarem sobre projetos – eu digo projetos, porque Vereadores tentaram e depois nós acabamos nos organizando aqui. O projeto é coletivo para nominar as ruas no entorno do Sport Club Internacional. Faz dois anos e meio. Eu já disse que me sentia constrangido em atender a solicitação da diretoria do Sport Club Internacional. Nós temos aqui uma carta do presidente Vitorio Piffero, uma carta do presidente do conselho deliberativo Mário Sérgio Martins da Silva e uma carta da família Ludwig. Eu tive a oportunidade de conversar com o Dr. Marcelo Otton. Eu vou ler só uma frase da carta da família Ludwig: “Cabe à família desse ilustre conselheiro informar que nenhum de seus membros solicitou que a referida homenagem fosse feita. E também registramos a imensa divulgação e notoriedade que foi dado a este fato.” Quer dizer, eles não pediram para se fazer a homenagem ao Sr. Nicolau Ludwig. De repente, dois anos e meio depois, a diretoria do Internacional cria um atrito e o traz aqui para dentro desta Casa. Nós já temos muitas dificuldades para dizer à população que dar nome de rua é competência desta Casa! Muitas vezes, somos criticados; no entanto, a Cidade está cheia de rua H, rua B, rua C, que precisam receber nomes. Agora, nós não podemos nos prestar às questões de políticas internas do Internacional e nem do Grêmio. Passados dois anos e meio nós estamos divididos. Eu vou votar com essa questão da família: se ela não pediu para que seu parente fosse homenageado, como vamos justificar? Dizer que a direção do Internacional, o conselho, a diretoria... Não. Esta Casa não pode se curvar às vontades internas do Clube, ou aos atritos, ou aos desacertos. Eu, da minha parte, já tomei a decisão: vou votar não atendendo ao pedido do presidente nem da diretoria. A arena dos senhores esportistas não é aqui, é lá. Então, lamentavelmente, os Srs. Vereadores que estão inclinados a atender este pedido, este Vereador, Ver. Bernardino, não vai concordar com este pleito, com este encaminhamento, até por que o Ver. Cassio, que é conselheiro do Inter, já registrou que, há dois anos, ele mesmo levou a sugestão de se fazer um plebiscito – não aceitaram. E agora querem um plebiscito, querem um tempo para fazer um plebiscito. Esta Casa não pode se prestar, João Bosco Vaz, para estas vontades, essas decisões clubísticas. Eu respeito muito o Internacional, o Grêmio, até por que eu sou do Juventude, para bem ficar esclarecido aqui. Tem futebol, e os caigangues jogam muito. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. NEREU D'AVILA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, o Ver. Vendruscolo confundiu um pouco. Na verdade, havia um pedido do presidente Giovanni Luigi, inclusive o Ver. Bosco participou na época, para que fossem aprovados os nomes de Nestor Ludwig e Fernandão para as ruas; e um acordo do carnaval, para o cantor Medina, que já recebeu nome de rua. Posteriormente, este ano, alguns conselheiros, com todo o direito, acharam que poderiam fazer um plebiscito para escolher os nomes. E a Câmara, agindo bem, nós suspendemos, até que o Internacional resolvesse. E o conselho, agora, achou que pode haver o plebiscito – não sei se vai, mas pode – e o presidente Piffero pediu que a Câmara suspendesse a votação, até o Inter resolva. Bom, a Câmara pode ou não atender ao pedido do presidente. Agora, o que o Presidente do Inter está fazendo não está interferindo na Câmara, o Inter quer democratizar a situação.

Eu vim à tribuna, Sr. Presidente, porque hoje, para o PDT – os trabalhistas, os brizolistas, os janguistas –, é uma data muito importante: 24 de agosto. Há 61 anos morria Getúlio Vargas, que, na época, muito combatido, foi obrigado a dar um tiro no coração, porque foi intimado por uma fictícia República do Galeão – os eternos lanterneiros da antiga UDN e o Lacerda, que achava que seria Presidente e nunca foi –, que queria derrubar o Getúlio, mas não conseguiu. E o Getúlio já tinha dito: “Só sairei morto do Palácio do Catete!” E saiu morto, porque a sua dignidade estava acima de tudo. Ele foi líder revolucionário, foi Ministro da Fazenda, foi Presidente deste Estado – na época não era Governador, era Presidente. Depois, subiu nos braços do povo na Revolução de 1930 e assumiu o Governo. Em 1934 fez uma Constituinte, em 1937 fechou o Congresso porque as facções comunistas e fascistas estavam se digladiando. Em 1945, foi apeado do poder; voltou em 1950, nos braços do povo. E no dia 24 de agosto de 1964 deu um tiro no coração. Saiu da vida para entrar na história. Hoje, faz 61 anos.

Interessante que, na sua carta testamento, com a imensa visão que tinha... Foi o homem de maior visão do século XX, foi o homem que transformou o Brasil agrícola, Brasil importador em Brasil exportador, em Brasil indústria, em Brasil da Petrobras, da

Eleto E. Brás, da Usina de Volta Redonda. Que ironia do destino que, nos 61 anos da morte de Getúlio, o que ele escreveu na carta testamento a respeito da preservação da Petrobras aconteceu, exatamente o que ele não queria, quando, por meio da Lei nº 2.004 de 1953 criou a Petrobras. E, depois, infelizmente, em 1974, o General Geisel simplesmente quebrou o monopólio estatal do petróleo. Agora, mais infelizmente ainda, um cidadão chamado José Serra, que foi um líder estudantil de esquerda, quer entregar ainda mais, o que resta dela, a Eleto E. Brás, para os trustes internacionais. Ou seja, Getúlio morreu, mas continua uma luta incrível para a preservação do que é nosso. Aliás, uma vez contrataram um americano, chamado Mr. Link, para vir ver se tinha petróleo no Brasil, e ele deu um famoso relatório, dizendo que não tinha. Só que, depois, só a bacia de Campos tinha petróleo para nos sustentar por muitos anos.

Agora, em Pelotas, existe uma bacia de gás, e os técnicos renomados estão dizendo que esta bacia de gás, assim como o Pré-Sal, pode enriquecer o Brasil. Então, há riqueza no subsolo do País e, inclusive, embaixo d'água.

Hoje, está fazendo 61 anos da morte de Getúlio, e ele permanece como se vivo estivesse, porque as suas ideias ainda permanecem. Aliás, é difícil para um homem, 61 anos depois da sua morte, ser lembrado, mas os grandes homens são assim.

Fomos à Praça da Alfândega, hoje, em grande número; compareceram o Senador Lasier, o Deputado Federal Afonso Motta, o Deputado Estadual Sossella, o nosso Ver. Delegado Cleiton, grandes lideranças do PDT e grandes lideranças comunitárias. Inclusive, infelizmente, a violência é tão grande que haviam roubado a Carta-Testamento, mas colocamos outra, que está lá para a eternidade. E as palavras de Getúlio cada vez mais estão presentes na nossa história. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde a todos, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores – Vereadores Comassetto, Alberto, Sofia e Mauro Pinheiro. Estamos vivendo momentos de efervescência na política, momentos em que grupos sociais, atores novos se apresentam

no debate político, e isso tudo gera um aprendizado. Não tem como fugir disso. Há alguns excessos que se percebem claramente, utilizando a democracia para pedir o fim dela – seria um dos exemplos –, mas o fato é que estamos discutindo política, e isso faz bem. Eu peço o período de Liderança do Partido dos Trabalhadores para falar de uma atividade muito expressiva e simbólica que aconteceu no sábado passado. Esteve visitando Porto Alegre Eduardo Suplicy, Secretário de Direitos Humanos do Município de São Paulo, que nos brindou com a sua presença numa aula pública em pleno espaço público, que é símbolo da nossa Cidade, o Parque Farroupilha. Na frente do Monumento ao Expedicionário foi realizada a aula, para a qual foram convidadas inúmeras pessoas, foi uma atividade que repercutiu muito. E o Secretário Eduardo Suplicy, com aquela sua energia, aos 74 anos, aceitou o convite de chegar na atividade pedalando, juntamente com o ex-Governador Olívio Dutra. Havia muitas pessoas ali esperando para ouvir e para discutir, acho que acabou o tempo de só ouvir, foi um debate, foi um momento em que se falou sobre tolerância. A chave do encontro era a questão da humanização da Cidade, e ninguém melhor do que Eduardo Suplicy para trazer essa reflexão, sem preconceitos, sem excluir ninguém, as pessoas todas eram convidadas. O nosso convidado falou muito sobre aquilo que o marca mais politicamente, que é a sua ideia da renda básica de cidadania. E quem não conseguir entender isso... Muitas vezes a gente isola os temas e não consegue entender a dimensão. Um exemplo: a questão da segurança pública – não é logicamente uma questão apenas de policiamento ostensivo ou inteligência policial, tem a ver com o princípio da igualdade, com um princípio equalizador na sociedade. Uma renda básica de cidadania não é nada mais, nada menos do que isso, do que diminuir as diferenças entre as pessoas na sua condição econômica.

Não posso deixar de falar de um outro evento que houve sábado de manhã. Uma pedalada que saiu do mesmo local em defesa das três fundações que o Governo do Estado pretende extinguir: a Fundação Zoobotânica, a FEPPS e a Fundação de Esporte e Lazer. Essa pedalada contou com a presença de muitas pessoas, inclusive parabenizo o jornal Correio do Povo, que colocou na capa do jornal de hoje uma foto muito bonita da pedalada. Várias pessoas de vários lugares, várias identidades ideológicas, mas com uma identidade comum que é rejeitar essa ideia de que o Estado tem que funcionar como uma empresa. Porque o setor de pesquisa, o do esporte e tantas outras áreas não foram feitos para efetivamente darem um lucro econômico; o lucro está no social. Então, desativar

entidades que têm essa finalidade social é perceber de forma equivocada a questão da função pública. E essa questão da função pública a Ver.^a Jussara Cony trouxe aqui ao falar do Bike Poa. O Bike Poa, que é um projeto inaugurado às vésperas da última eleição, mas, tirando essa questão, ele é realmente um sucesso, as pessoas querem utilizar a bicicleta como um instrumento de mobilidade, mas esta encontra limites no momento em que fica restrita à questão privada. Junto com o Ver. Alberto Kopittke, que foi proponente do tema, nós já o discutimos na Comissão de Direitos Humanos, se não me engano o Ver. Alberto era o Presidente naquela ocasião, discutimos os limites dessa empresa que instalou o sistema, mas não dá as condições técnicas para gerar o mínimo de previsibilidade. Porque não é mais uma bicicleta para locomoção como lazer ou como uma atividade mais lúdica, é para a mobilidade diária. E a mobilidade diária requer um mínimo de segurança, a de que você vai chegar à estação e ter uma bicicleta. Você passa a depender daquele instrumento de mobilidade. E espero que não, mas há indicativos fortes de que a empresa esgotou a sua exploração do ponto de vista de *marketing* do seu patrocinador e não tem o interesse de continuar, porque parece que já teria explorado esse nicho de mercado. Esse é um exemplo do contraste entre a visão pública e a visão privada de um bem tão essencial como é a boa mobilidade na Cidade. Então é uma discussão que a Ver.^a Jussara traz aqui e a gente parabeniza e apoia. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Ver. Paulo Brum, Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos acompanha aqui das galerias e também pela TVCâmara. Quero aqui também fazer, Ver. Paulo Brum, uma lembrança pelos 61 anos da morte de Getúlio Vargas, essa grande liderança trabalhista, criador do Partido Trabalhista Brasileiro. Presidente que, se fosse dos dias atuais, o seu legado seria muito atual ainda, Ver. Mario Manfro, por tudo o que construiu neste País, por tudo o que representou para a história da nossa Pátria. E não poderíamos deixar de lembrar, em nome da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, composta por este Vereador, pelo Ver. Paulo Brum, pelo Ver. Elizandro Sabino e pelo Ver. Carlos Casartelli, todo esse legado, sua Carta-

pág. 20

Testamento que até hoje é muito atual e ainda um documento histórico, Ver.^a Jussara Cony, que fica para a história do nosso País.

Fazendo essa ressalva, já que estamos falando em memória, gostaria de falar sobre um tema que tem sido bastante tratado neste plenário, tema que nem deveria vir para o plenário, que é a denominação das ruas em torno do Estádio Beira-Rio. O Ver. Bernardino que me antecedeu já falou de toda a história e de todo o histórico, desde 2013, ainda quando o Presidente da Câmara era o Ver. Dr. Thiago, quando a Mesa Diretora desta Casa resolveu acatar como sugestão a inclusão de dois nomes – na época três – para a denominação das ruas do entorno do Internacional. É sabido que já aprovamos aqui o nome da rua do Medina ali entre as escolas de samba e ainda ficou pendente, nem deveria passar no plenário, deveria ser nas comissões, Ver. Márcio, a Rua A e a Rua B. Quero dizer que venho da luta democrática, venho da participação democrática, comecei a militar em 1984 na campanha das “Diretas Já”. Sou um defensor da participação, da escolha pelo maior número de pessoas, só que as coisas têm que ter regramento. Em 2013, cheguei a sugerir que o Internacional, para indicar os nomes das ruas, pudesse fazer uma consulta pública. O Inter resolveu indicar, o presidente Giovanni Luigi veio aqui e fez a indicação, Ver.^a Maristela Maffei, conselheira do Inter, dos nomes. E não pediram para serem indicados, inclusive havia projetos de lei de Vereadores da Casa, do Ver. Márcio, do próprio Ver. Dr. Thiago, que foram retirados para que a Mesa apresentasse os dois projetos denominando os dois nomes das ruas. Sinceramente, acho que não podemos brincar com a memória das pessoas. O Fernandão não pediu para ser nome de rua no entorno do Internacional, mas há quem diga que o Fernandão, numa consulta, seria o primeiro colocado, mas e por que precisa passar por consulta para ser homenageado? Bom, se é o Fernandão é o Fernandão! E o Nestor Ludwig, este grande colorado que também não pediu para ser homenageado? Como é que fica a memória dele? Só a memória dele, independente do que a família está passando? Eu gostaria que pudéssemos encerrar este assunto e não é contra a democracia. Não venha alguém dizer aqui que é contra a democracia, que é contra se escutar, até pelo que se ouve por aí, que não vai ser bem assim escutar. Alguém vai definir dez nomes, e aí serão escolhidos entre esses dez nomes.

Então, eu gostaria que nós pudéssemos dar um cabo nisso, em nome da memória de todos os colorados, de todos aqueles que já passaram pela terra e que poderiam estar

passando por uma situação semelhante, qual seja, de ter o seu nome indicado para uma homenagem e ficar parecendo que não merecem a referida homenagem. Eu tenho a convicção de que não tem nada mais importante que a memória das pessoas, principalmente a memória daqueles que não pediram para serem homenageados.

Então, eu queria fazer um apelo a este Plenário, para que nós pudéssemos não votar contra o Conselho do Inter, não votar, agora, contra o presidente do Inter, que resolveu voltar atrás na sua posição, mas votar pela memória de dois grandes colorados, que são o Fernandão e o Nestor Ludwig, que não merecem essa vergonha de terem os seus nomes expostos publicamente e depois nós retrocedermos! Votemos hoje esses dois projetos! Muito obrigado e um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro, eu quero dizer da apreensão do PSOL com a situação econômica e política que nós estamos vivendo neste momento no Estado do Rio Grande do Sul. Muito embora o mês de julho já tenha sido um calvário para o conjunto do funcionalismo público estadual, diante dos ataques do parcelamento do salário e da ausência de um comprometimento claro do Governo em garantir o pagamento de seus salários, o funcionalismo estadual protagonizou uma assembleia geral unificada e histórica no Rio Grande do Sul, com mais de 50 mil trabalhadoras e trabalhadores ocupando o Largo Glênio Peres e fazendo uma caminhada na terça-feira passada ao Palácio Piratini e à Praça da Matriz. Qual não foi nossa surpresa que, mal passado esse momento, tenhamos não só o silêncio do Governo Estadual como a notícia de vários veículos de comunicação de que o caixa não comportaria mais que R\$ 500,00 por servidor público estadual. E a nossa indignação é tamanha não só diante da necessidade da auditoria e da suspensão do pagamento da dívida do Estado com a União, que os governos religiosamente pagaram, sem nunca questionar, um indexador flutuante, que fez com que a dívida começasse em R\$ 10 bilhões, fosse paga todos os meses, e hoje ela está em R\$ 55 bilhões – isso é agiotagem! Não existe outra palavra. E agiotagem da

pág. 22

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
078ª Sessão Ordinária 24AGO2015

União contra os Estados e, neste caso, contra o Estado do Rio Grande do Sul, extremamente lesado. E mais do que isso: o Governo do Estado, ao invés de mandar com urgência um projeto permitindo o aumento do uso de 85% para 95% dos depósitos judiciais, como forma de garantir o pagamento integral dos salários este mês, no mês que vem, até possivelmente novembro deste ano, com folga para fazer uma auditoria, uma frente de estados contra essa dívida exorbitante com a União, o combate à sonegação e a possibilidade de cobrança dos grandes devedores do nosso Estado, que sonegam impostos e não pagam, como forma de resolver a crise econômica, não o faz. O Governo Sartori não mandou esse projeto para a Assembleia Legislativa e agora quer, pior, aumentar o ICMS, que depois é passado para a população. A população, que já é penalizada com o aumento do custo de vida, com o aumento da energia, com o aumento da gasolina, vai ser penalizada duplamente agora, com o aumento de impostos.

Então, nós queremos dizer que isso é inadmissível, que é uma forma de fazer terrorismo, para que o seu projeto de aumento de impostos seja aprovado na Assembleia Legislativa, o que é, mais uma vez, massacrar o povo gaúcho, não mandando um projeto que viabilizaria o pagamento do conjunto do funcionalismo público estadual. Isso é muito preocupante, somado a outros projetos tão preocupantes, como o caso da extinção da Fundação Zoobotânica, como o caso da extinção da FEPPS, da Fundergs, entidades estaduais – inclusive, esta Câmara, Ver. João Bosco, aprovou essas entidades como fundações públicas.

Então quero fazer esse registro. Nós estamos, a poucos dias, para o fechamento da folha do Estado, e a situação é absolutamente preocupante. Eu quero deixar registrado o meu apoio e o apoio do Ver. Prof. Alex à luta do funcionalismo público estadual, à necessidade de organização e de união para garantir que os trabalhadores não paguem a conta dessa crise.

E eu vou falar, quando entrar na Ordem do Dia, Ver. Cassio, porque eu acho que, sim, quando existe uma consulta popular no time, votada num Conselho, com uma carta da Direção do Presidente Vítório Piffero pedindo a suspensão da tramitação do projeto de denominação das Ruas A e B, acho que sim, é ferir a democracia interna do Internacional, dos seus Conselheiros e dos seus diretores. Por que a Câmara, que esperou até agora, dois anos e meio, não espera mais duas semanas para tomar uma decisão? Daria espaço para que os Conselheiros e sócios participem das duas etapas da consulta – e não é uma

só, como V. Exa. falou –, indicando algo que deve ser uma homenagem à nação colorada e à cidade de Porto Alegre, e não objeto de discussão interminável na Câmara de Vereadores.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra em Tempo Especial.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Colegas Vereadores e Vereadoras, venho a esta tribuna fazer um relatório de viagem, das atividades que desenvolvi na semana passada fora de Porto Alegre.

Particpei, na semana passada, de duas atividades em Brasília: da Marcha dos Vereadores, coordenada pela União dos Vereadores do Brasil, que teve toda uma pauta sobre o municipalismo e o pacto federativo, do qual tive a responsabilidade, como Coordenador que sou da Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana, de constituir e elaborar a carta que foi entregue à Presidência da República. Quero dizer que, nesses três dias, 18, 19 e 20, a União dos Vereadores do Brasil realizou, em Brasília, a Marcha dos Vereadores, com mais 1.500 Vereadores, Ver.^a Jussara Cony, coordenada pelo Vereador gaúcho Gilson Conzatti, que é o Presidente Nacional da União dos Vereadores do Brasil. E quero registrar que essa carta, que é a carta dos Vereadores do Brasil em defesa do pacto federativo e do municipalismo, é uma agenda constante e permanente de todos os Municípios brasileiros, Ver.^a Sofia Cavedon, porque os 5.574 Municípios brasileiros comportam 100% da população brasileira, e é nos Municípios que todos os problemas acontecem e todas as políticas públicas incidem, e quem tem que as realizar é o Executivo Municipal, os Prefeitos Municipais e as Câmaras de Vereadores, que acolhem e conduzem a construção dessas políticas públicas. Nós entregamos essa carta entendendo que temos que enfrentar o debate do Pacto Federativo, para que Municípios, Estados e União sejam aliados no enfrentamento dos problemas de urbanidade.

Um segundo ponto que apontamos é a revisão imediata da Lei Kandir, que tem que levar em consideração o endividamento dos Municípios e Estados, porque, Ver.^a Mônica Leal, quando foi criada pelo então Ministro Kandir, construiu-se uma desigualdade nos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
078ª Sessão Ordinária 24AGO2015

Municípios, mesmo aqueles Municípios que perdem em relação às exportações, que deveriam ter suas compensações, mas não existe isso. Por exemplo, os Municípios brasileiros que têm instaladas hidrelétricas não recebem benefícios; recebe o benefício quando é pago ICMS do consumo, bem como onde haja jazidas de petróleo. Nós, os Vereadores do Brasil, defendemos, enfaticamente, prezado Ver. Reginaldo Pujol, o Sistema Único de Saúde, a importância da continuidade do Programa Mais Médicos e sua ampliação para todo Brasil, bem como a requalificação do tema das especialidades dentro do Sistema Único de Saúde. Também trabalhamos no tema da educação, onde a carta apontou com muita precisão, Ver.^a Sofia e demais Vereadoras e Vereadores que são aqui professoras – falando nisso, voltamos a afirmar e reafirmar aqui o nosso desejo à recuperação do nosso colega Ver. Professor Garcia –, dizendo que, no ano que vem, o Plano Nacional da Educação já determina que todas as crianças com mais de quatro anos têm que estar matriculadas, e essa responsabilidade é dos Municípios.

Portanto, Sr. Presidente, também defendemos – e, aí, Ver.^a Jussara, tive a oportunidade de entregar em mãos o Requerimento que aprovamos nesta Casa, incluindo Porto Alegre na lista das Cidades brasileiras do edital para as rádios e tevês comunitárias para todo Brasil – a defesa do novo marco regulatório para a mídia brasileira, que é onde a mídia brasileira tem que ser regulada. E a construção das rádios comunitárias e tevês comunitárias para todas as cidades do Brasil. Esta carta quero entregar a V. Exa., deixar à disposição. Também foi lançado o papel da mulher na política e a valorização da mulher nesse processo todo, Ver.^a Jussara Cony. Então, eu quero aqui fazer a prestação de contas, como também no dia 20, à tarde, trabalhamos no Conselho Nacional das Cidades, preparando já a próxima Conferência Nacional das Cidades, que será a IV. E eu gostaria, de antemão, que ficasse registrado aqui que já trago o convite, em nome União dos Vereadores do Brasil, UVB, para duas questões. Primeiro, um convite para a Câmara de Vereadores de Porto Alegre se filiar à UVB; segundo, para a próxima Marcha dos Vereadores, em abril do próximo ano, com uma agenda para Porto Alegre se fazer presente novamente, mas com um maior número de colegas Vereadores e Vereadoras. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Jussara Cony assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Ver. Engº Comassetto, o Ver. Paulo Brum está aguardando V. Exa. para receber o documento. Devemos enviar a todos os Vereadores, porque a carta da União dos Vereadores do Brasil é progressista, importante para os Municípios brasileiros.

(O Ver. Paulo Brum reassume a presidência dos trabalhos.)

O Sr. Engº Comassetto: Sr. Presidente, falei com a Ver.^a Jussara Cony, a carta está entregue, e o nosso pedido é que ela seja publicada na página da Câmara de Municipal de Porto Alegre. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Deferido seu pedido.

(15h53min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLCE nº 010/14, com Veto Parcial. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/14, com Veto Parcial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente Paulo Brum, senhores e senhoras, estou surpresa, de uma maneira positiva, com os vetos que vieram do projeto da Fazenda; positiva no sentido de que são medidas importantes, medidas que preservam o interesse público, as finanças públicas e a isonomia entre os servidores. Obviamente, não poderei deixar de fazer a crítica, porque essas medidas vêm corrigir uma parte das distorções que o projeto da Fazenda, votado no início do ano, promoveu. Vejam que um dos vetos é a retroatividade. Nós votamos em junho, ou antes, mas era retroativo a 1º de janeiro. Ora, uma medida vinculada à produtividade retroagia dois ou três meses. Como assim? Como verificar a produtividade retroativamente? E a Prefeitura está vetando a previsão de retroatividade, argumentando que o projeto demorou a ir para lá, para ser analisado. Que seja, a razão é posterior, mas a motivação, a medida é corretíssima. Na medida em que se aplica uma vantagem que tem o objetivo e a promessa de arrecadação

de milhões, como vou fazer para trás essa arrecadação? Essa arrecadação não vai acontecer para trás! Esse é o tamanho da incoerência, da incongruência do projeto que nós votamos contrariamente em função de criar uma discrepância enorme com o restante do funcionalismo, em função de não ter havido, naquela época, a solução do efeito cascata, em função de o Governo, ao discutir a data-base, parcelar a reposição da inflação do conjunto dos funcionários. E fez uma oferta tão generosa a um dos salários mais altos da Prefeitura de Porto Alegre, que é o de auditor das receitas da Capital.

Então, esse veto corrige um equívoco, um erro, uma incongruência e uma ação que lesava o interesse público, e a sociedade gaúcha devia se revoltar. A nossa categoria municipal aqui esteve, inteira e em peso, indignada, e vai gostar de saber que, pelo menos, a retroatividade está sendo retirada do projeto da Fazenda.

Há também duas outras adequações, uma sobre quebra de caixa, que passou a ser a versão do efeito cascata, que é posterior a esse projeto; e uma outra sobre licença, sobre cedências, que também o Governo está retirando do texto, que considero bastante razoável, remetendo a possibilidade de licenciamento ou cedência dos auditores fiscais à mesma regra do conjunto dos funcionários públicos municipais. Ou seja, era mais um privilégio que se havia criado no projeto da Fazenda, Ver. Pujol. Então, quero dizer que o Veto será apoiado por esta Vereadora, que a Bancada do PT apoiará o conjunto de vetos, mas não posso me furtar de fazer a crítica de o Governo ter sido tão generoso, tão dadivoso com um grupo, enquanto o conjunto do funcionalismo sequer recompôs a inflação do ano passado ainda – sequer –, e precisou fazer uma greve para não perder nenhum centavo; não para ganhar algum centavo. Uma greve de 14 dias para conseguir que o Governo retirasse, desta Casa, uma alternativa ao Plano de Cargos e Salários que penalizava em 30% a história de vida do funcionalismo e reduzia, na carreira para frente, os ganhos em função de mérito de tempo de serviço. Então, é muito diferente o tratamento de uma categoria como um todo, de uma categoria específica, porque ela está vinculada à arrecadação. Não é justo. O peso do tratamento do funcionalismo não pode ser a forma de priorização em função de questões monetárias; tem que ser pela necessidade estratégica de todos os funcionários se sentirem estimulados, valorizados, trabalhando de forma articulada e motivada, para que o serviço público seja cada vez melhor. Então, votamos “sim” ao Veto e repudiamos, mais uma vez, aquela noite tenebrosa da votação do projeto da Fazenda.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/14, com Veto Parcial.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Hoje pela manhã, Presidente, eu estava numa entrevista na TVCâmara sobre a situação econômica do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de Porto Alegre, junto com um professor da PUC, o Sr. Alfredo Meneghetti, e o Sr. Eroni, Secretário-Adjunto da Fazenda. E um dos temas, justamente, que discutíamos – inclusive cobramos muito da Prefeitura naquele momento – era a questão da resolução do efeito cascata no Município de Porto Alegre. Porque, infelizmente, os municipais tiveram que fazer greve para garantir que a Emenda Constitucional nº 19 não fosse aplicada, significando, Ver. Delegado Cleiton, a perda da carreira no futuro. E um dos elementos que ajudou a que os trabalhadores municipais ficassem extremamente indignados com a posição política da Prefeitura foi o envio e a votação desse projeto da Fazenda antes de uma resolução definitiva do efeito cascata. Porque o projeto original, que tratava do efeito cascata, fazia com que, no futuro, a categoria perdesse direitos; fosse uma política de tentar fazer caixa com o conjunto dos direitos conquistados pelos municipais de Porto Alegre durante décadas de luta, sobretudo desde a revitalização e reconstrução sindical, a partir do ano de 2006, em que a categoria retomou o seu próprio sindicato fazendo jus às jornadas lá do início do ano 2000, do final da década de 1980, garantindo um sindicato de base, um sindicato democrático, um sindicato calcado nas lutas da categoria dos municipais. No ano passado, teve uma greve, e os acordos do Governo não foram cumpridos. Quais eram? O plano de saúde. O plano de saúde, hoje, só 600 municipais estão inscritos, dos 18 mil trabalhadores, por quê? Porque a mensalidade é abusiva, porque apenas agora, como conquista dessa segunda greve, se conseguiu incluir os dependentes em determinadas faixas salariais. O plano de carreira. O sindicato está sendo tolhido de participar da discussão do GT para construir um plano de carreira para o futuro da categoria. E nesse cenário de descumprimento dos acordos da greve passada, de não resolução do efeito cascata, veio o projeto da Fazenda para a Câmara, e nós votamos contra. Nós votamos contra porque não aceitávamos uma solução parcial para apenas um setor da categoria dos municipais. Nós não poderíamos

aceitar que houvesse um projeto que desse discussão de menos de 0,05% do conjunto da categoria, porque, se os fazendários são importantes, os professores municipais não são? Os trabalhadores da saúde não são? Os trabalhadores fiscais não são? Os funcionários do DMAE, do DEP, da assistência social da FASC não são? Então, votamos contra, sim, o projeto da Fazenda naquele momento. E gostaria que o Líder do Governo viesse a esta tribuna, os Vereadores da base, falar por que o Veto entrou apenas hoje na pauta. Quais são os itens que estão sendo vetados? Eu vi que a retroatividade, desde janeiro, foi vetada; vi que o percentual de 0,001, que era uma das nossas críticas ao projeto e que poderia criar supersalários a partir desse percentual... Nós gostaríamos de saber as razões do Veto, porque, na hora de votar no afogadilho, o Governo foi de uma rapidez gigante com a questão da Fazenda, mesmo nós dizendo que não era possível votar antes do projeto do efeito cascata, que isso ia ser o detonador da greve, que era um desrespeito ao conjunto da categoria. Muito nos surpreende que o mesmo Governo que votou no afogadilho, Rejane, quer, agora, vetar parte do projeto que é do próprio Governo. Não é da oposição, não foram emendas, não é de ninguém!

Eu gostaria, de fato, de ouvir e pedir que o Governo viesse à tribuna esclarecer os pontos desse Veto, porque soa estranho que, um conjunto de erros que foi feito lá atrás com os municipais de Porto Alegre, um projeto do Governo esteja sendo vetado por ele mesmo. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação nominal o PLCE nº 010/14, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 25 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**. Mantido o Veto Parcial.

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro, como autor, o adiamento da discussão do PLL nº 002/15 por uma Sessão. Também solicito que seja discutido e votado em terceiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento): Sr. Presidente, requero o adiamento da discussão do PLL nº 285/14 e do PLL nº 286/14 por três Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu quero conclamar os meus Pares, os colegas Vereadores, para pararmos com essa brincadeira. Eu não vou me submeter e não vou entregar a minha obrigação de Vereador de votar e escolher em quem, como e em que dia votar. Eu não estou aqui a serviço de conselheiro de nenhum time, ainda mais que já passamos do tempo, já prorrogamos para depois do recesso, já tem assinatura do ex-Presidente e do atual Presidente. Isso está virando uma brincadeira de meia dúzia de pessoas, ou dez ou doze, pessoas honradas, é verdade. Eu não estou aqui para ficar sofrendo pressão e pedidos de adiamento! Está na hora de votar Isto não precisaria nem ter passado pelo plenário. Ou não respeitam quem foi Presidente do Inter? Presidente de alguns conselheiros que vieram pedir para não valer a carta do ex-Presidente. Eu até concordei em deixar de passar o recesso, para dar tempo, mas, agora, de novo? Acho que está na hora de a Câmara começar a fazer a sua obrigação! Não tem nada que votar a prorrogação, vamos votar hoje este projeto!

Eu não sou colorado; aliás, não tenho nenhum ídolo lá no Internacional. Se fosse para escolher um nome de rua lá, eu escolheria o do meu ídolo, que é Rui Almirante Tedesco, construtor do Beira-Rio. Então, como eu não sou colorado, não tenho ídolos lá no Internacional, mas respeito muito os ídolos de qualquer torcida, eu acho que está na hora de nos darmos o respeito aqui também; por isso, eu não voto para que se transfira essa votação. Vamos votar hoje o que está na pauta e já passou do tempo de votar. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu não vou repetir todo o debate que foi feito na tribuna ao longo das últimas semanas e, sobretudo, nas reuniões de Mesa e Lideranças. Eu só quero dizer que o Internacional vai fazer uma consulta pública votada no conselho deliberativo, que é uma discussão interna do Sport Club Internacional. Eu acho que independente de posição política, ou mesmo de times pelos quais se torça, nada melhor do que a nação de um clube ou seus sócios decidirem a melhor homenagem para o seu clube. Não me surpreende, porque durante muito tempo se disse, já que era uma decisão do presidente, que deveria ser votado. De fato, eu não participei dessa discussão nos outros anos; sei que veio ofício, que teve projeto, fiz todos os esclarecimentos que todos os presidentes da Câmara da época receberam os ofícios, deram encaminhamentos. Isso tudo faz parte do debate e da prerrogativa da Câmara de, a pedido, escolher determinada homenagem que, em geral, não passa pelo plenário. Nome de rua passa pelas comissões, não são votadas em plenário. A que foi votada, foi pelo art. 81. Tem um ofício que eu recebi hoje do presidente do Sport Club Internacional pedindo a suspensão da tramitação do projeto de denominação das ruas A e B, situadas no entorno do complexo Beira-Rio. A deliberação disso é do presidente do Sport Club Internacional Vitorio Piffero. A deliberação do conselho deliberativo do Sport Club Internacional foi no sentido de que seja promovida aos sócios colorados e, após isso, levar à egrégia Câmara os nomes mais votados para designação das referidas ruas. Então, se tem uma posição do conselho do Internacional, que é eleito democraticamente por todos os sócios do clube, pedindo uma consulta que é feita em duas etapas, se vem uma carta do presidente dizendo que está pedindo para suspender a tramitação – e esse era o argumento de muitos usado em outras discussões sobre a posição da presidência do Sport Club Internacional –, sinceramente, não vejo por que a Câmara de Vereadores tirar a prerrogativa de os sócios do Internacional fazerem essa discussão. Entendo que foi adiado antes do recesso para a consulta, que é feita pela Internet, então não demora mais do que duas ou três semanas. Se, durante dois anos, teve a tramitação desse projeto na Câmara, eu não vejo sentido em não esperar duas semanas, para esperar que o conjunto de milhares de sócios colorados se manifestem dentro de uma consulta deliberada pelo conselho deliberativo, referendada pelo presidente do Sport Club Internacional. Sinceramente, não vejo razão para votar hoje e não esperar essa consulta.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Mario Manfro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna.

O SR. MARIO MANFRO: Sr. Presidente, caros colegas, eu me apresso a dizer que sou um fã da democracia. Acho que até a ideia do plebiscito poderia ser levada em conta, mas ela é totalmente extemporânea. Depois de dois presidentes do Sport Club Internacional, Ver.^a Fernanda, tanto o Vitorio Piffero como o Giovanni Luigi vieram aqui e disseram que esses eram os nomes, por disputas políticas internas, do conselho, certamente. Eu não faço parte do conselho; sou colorado, com muito orgulho, mas não faço parte do conselho. Eu não posso, e nós não podemos nos submeter a esse jogo – é um verdadeiro jogo! Nós estamos, Ver. Tarciso, há dois anos e meio com esse projeto para votar o nome de uma rua! Duas ruas! Mas, acima de tudo, o respeito aos nomes que foram indicados para nominar essas ruas, o que não foi solicitado pelas famílias. E agora, simplesmente... Bom, vamos mudar os nomes! Isso já foi divulgado, está amplamente noticiado. E aí, simplesmente, trocam-se os nomes das ruas.

Outro problema que vejo com o plebiscito é que eu não sei como vai ser feito, se vão botar dez nomes, oito nomes à disposição dos associados para que votem. E nós aqui conhecemos bem isso, eleições todos aqui já ganharam e já perderam. Isso é uma eleição! Eleição entre pessoas que não pediram para participar da eleição, t conhecidos. Se botarem dez nomes, oito vão perder a eleição e dois vão ganhar a eleição. E a memória dessas pessoas? E as famílias dessas pessoas?

Eu, sinceramente, também questiono a democracia, porque o ato democrático seria, então, toda nação colorada votar e não só os sócios. Porque só os sócios? Neste ofício fala em colorado ilustre; o que é um colorado ilustre? Qual a diferença daquele sócio que paga a sua mensalidade com aquele que, com dificuldade financeira, vai lá para apoiar o seu time? Esse não é um colorado ilustre?

Eu, por uma questão de respeito, não estou aqui vendo quem é mais colorado que alguém, quem tem mérito; eu não estou julgando o mérito, estou julgando dois nomes que foram indicados, lá em 2013, por um presidente do Sport Clube Internacional. O Presidente atual, Vitorio Piffero, esteve aqui e referendou os dois nomes e agora,

certamente, por um disputa interna – não sei qual a razão – aparece pedindo mais 30 dias.

O Ver. Reginaldo Pujol – não está aqui agora – falou na última reunião de Líderes uma frase que ficou marcada. Ele disse que nós somos – eu tenho certeza de que todos os Vereadores aqui já foram – acusados: “Vocês só sabem botar nome de rua”! Daqui a pouco eles vão dizer: “Nem isso vocês sabem fazer”! Porque nós estamos dois anos e meio para colocar um nome de rua. Então, pelo amor de Deus, vamos votar isso hoje! E vamos honrar a memória desses dois colorados que estão aqui indicados para receber essa homenagem. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A Sra. Sofia Cavedon: Sr. Presidente, na verdade, nós recebemos uma cópia de dois ofícios para o Presidente da Casa. Um deles, eu acho que é importante considerarmos, é da família de um homenageado, da família Ludwig. Eu pergunto de quem é a autoria do projeto de lei, porque nós estamos discutindo o adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Da Mesa Diretora.

A Sra. Sofia Cavedon: A Mesa Diretora. Então, veja bem, normalmente nós respeitamos a iniciativa da autoria, se ele quer votar ou não quer votar. Então, eu pergunto ao senhor, que é da Mesa Diretora, qual a posição do autor do projeto, ou seja, da Mesa Diretora: quer votar da forma que está aqui? Que resposta está dando à família do homenageado? Qual a posição?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Mesa só toma decisão através do seu colegiado. E o plenário é soberano.

A Sra. Sofia Cavedon: Não, a pergunta é: quem priorizou?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O colégio de Líderes priorizou a votação.

A Sra. Sofia Cavedon: Com a aquiescência da autoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Perfeito.

A Sra. Sofia Cavedon: E está mantendo a determinação de votar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Agora é o plenário que decide.

O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, olha, sinceramente, eu me sinto constrangido e me sinto envergonhado vivendo esta situação. Primeiro, constrangido e envergonhado com esta Casa aqui, que ficou dois anos com estes projetos parados! Eu, se quisesse, como Secretário da Copa – as ruas estavam comigo –, eu poderia ter ligado para cá, por exemplo, para o Ver. Mario Fraga, que estava no meu lugar, e dizer: “Bota os nomes de ruas, aí”. Eu poderia ter feito isso. Eu quis exercer a democracia, liberei os nomes das ruas para que viessem para cá, e qual não é a minha surpresa quando eu volto da Secretaria da Copa, em setembro do ano passado, e os projetos estão parados! Então, este é o primeiro constrangimento e a vergonha que eu tenho por uma Casa demorar mais de dois anos para votar os nomes de ruas. Tanto que eu consegui fazer uma articulação aqui, que era um acordo que eu, como Secretário da Copa, tinha com o Internacional, de que a Rua C seria para os carnavalescos – e aprovamos o nome do Carlos Medina, aqui. Fui eu que pedi o art. 81, porque, senão, os projetos ainda estariam engavetados. E aí pediram que não votassem antes do recesso. E eu, prontamente, não retirei o art. 81, mas articulei, aqui, com os Vereadores, todos os senhores e as senhoras aceitaram, e não votamos antes do recesso. Depois, na noite em que teve a reunião do Conselho Deliberativo, mais de uma pessoa me ligou pedindo que eu tirasse o art. 81. Eu tirei o art. 81. Aí, o Ver. Cassio tornou a incluir através do art. 81. Agora, eu vou repetir aqui também a minha vergonha, o meu constrangimento, que já disseram aqui que as famílias não pediram. Aí, vêm com o argumento de que não conhecem o Nestor Ludwig. Bom, não conhece Nestor Ludwig quem não conhece esporte; não conhece Nestor Ludwig quem não conhece futebol; não conhece Nestor Ludwig quem não conhece a história do Internacional! Já houve nesta Casa, uma vez, o

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
078ª Sessão Ordinária 24AGO2015

Ver. Pablo Mendes Ribeiro me olha ali, o pai dele, Ver. Mendes Ribeiro, apresentou uma proposta de título de cidadão para o Falcão e foi negado aqui na Casa. Foi negado! E aí dizem que a Câmara está se intrometendo na democracia do Internacional. Será que não é o Internacional que está se intrometendo no Regimento da Câmara? O Presidente Giovanni Luigi veio aqui, eu não estava aqui, e indicou os nomes. O Vice-Presidente do Giovanni Luigi é um dos que está contra, que ajudou a indicar os nomes. Depois, veio aqui o Presidente Vitorio Piffero, ratificou. Hoje, manda uma carta pedindo que torne sem efeito. Só um pouquinho: estão de sacanagem e de brincadeira! E eu me sinto constrangido! Eu me sinto envergonhado por essa situação! E eu tomei uma decisão. Porque eu já sei o que vai acontecer no final desse plebiscito: vai ficar o Fernandão e vão tirar o Nestor Ludwig. Isso aí eu já sei! O final vai ser esse. Então, pela primeira vez na minha vida como Vereador, 16 anos, eu vou ficar em cima do muro, eu vou me abster, porque isso é uma vergonha! Tanto por parte do Internacional, que não sabe o que quer, quanto por parte desta Casa, que ficou com esses projetos engavetados por dois anos e não os votou. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Não tem como não concordar que é um momento de constrangimento para a Câmara. Como o Ver. Bosco coloca, não precisaríamos sequer estar discutindo aqui há várias sessões se votamos ou não votamos, se adiamos ou não adiamos. Mas nossa bancada vai seguir na nossa coerência, e a coerência é a questão de que, até agora, não foi votado. E eu digo isso sem entender o contexto político. As disputas, se existem – e parece que existem –, são dentro do clube, mas, de fato, nós temos um pedido que foi acolhido. Acho que nós temos, inclusive, um fato novo nesta semana, porque um dos argumentos usados era o de que dois presidentes pediam que se mantivessem esses nomes. Bom, o atual presidente nos manda um ofício concordando que não se vote agora, concordando com a decisão que foi provocada no Conselho Deliberativo, acolhida, tanto que o presidente do Conselho Deliberativo como o próprio Presidente concordam que segurada por 30 dias essa votação. Se seguramos até agora,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
078ª Sessão Ordinária 24AGO2015

eu lembro que esse debate começou antes do recesso, em julho, junho, se não me engano, houve várias sessões adiadas, justamente porque um grupo de conselheiros veio até a Câmara e pediu a possibilidade de fazer uma consulta interna... Eu digo isso, enfatizando que não temos nenhuma preferência por nomes, não é disso que se trata. Não há nenhum apoio a determinado grupo, rejeição a outro, simplesmente um pedido de conselheiros do Inter, que acaba sendo aprovado no Conselho Deliberativo. Não é que vieram pedir e não se deu andamento, não, teve respaldo do órgão consultivo do clube. Agora, o próprio presidente acata essa decisão do seu conselho. Então, realmente, a coerência aqui está em aguardar essa consulta. Nisso não tem nenhuma interferência de um grupo ou outro. Eu acho que o único argumento que poderia ser válido aqui, no sentido de que poderia estar acima, seria uma necessidade de urgência dessa aprovação. O que de urgente se tem para votarmos hoje a denominação das ruas? Não há nenhum argumento de urgência. Nós temos fatos novos e nenhum argumento de urgência, e até agora seguramos a votação exatamente para possibilitar essa consulta interna do clube. Então, realmente, não sobram muitos argumentos. Eu digo isso, representando a família Ludwig. O Marcelo esteve na reunião dos Líderes, é um constrangimento para a família. Eu acho que, para nós, como diz o Ver. Bosco, há inúmeras outras formas de homenagem, não acho que um plebiscito, uma consulta vá fazer vencidos e vencedores; não se trata disso, trata-se de uma consulta para entender quais nomes são levantados. Se disso está sendo feita disputa interna, não cabe a nós, não temos nenhuma influência. O que se pede é possibilidade de discutir, e a Câmara, até este momento, deu. Há um andamento regular, com etapas, não foi um pedido *ad eternum*, “não votem os nomes que vamos discutir aqui dentro”, nós temos uma reunião do conselho, esta reunião teve, acatou a decisão. Chega um momento em que me parece que a coerência é aguardar mais 30 dias, até porque não tem um argumento de urgência. Se tivesse um argumento de urgência que justificasse a votação hoje, até concordaríamos. Mas não há esse argumento. Aqui temos aquilo que era usado como argumento, de que dois presidentes queriam esses nomes. Agora tem esse presidente pedindo, acolhendo a decisão do conselho de segurar 30 dias. Então fica realmente difícil, agora, votar esses nomes. Lembrando que essa é uma discussão mais profunda do Parlamento, já que é do Parlamento a função de colocar nomes em ruas. Falo por mim, porque temos um projeto tramitando na nossa Câmara, que tira essa possibilidade e dá aos cidadãos e cidadãs da

Cidade, não passando mais pela Câmara Municipal. Será um debate que faremos mais adiante. Fica nossa posição de contrariedade votarmos, hoje, esses dois projetos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, que solicita o adiamento da discussão do PLL nº 285/14 por três Sessões (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 9 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**; 6 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, que solicita o adiamento da discussão do PLL nº 286/14 por três Sessões (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 4 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**; 9 **ABSTENÇÕES**.

O Sr. João Carlos Nedel (Requerimento): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que as notas taquigráficas de todas essas discussões e ambos os projetos sejam enviadas à Direção do Sport Club Internacional e ao seu Conselho Deliberativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Está feito o registro, Vossa Excelência.

O Sr. João Carlos Nedel: Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em discussão o PLL nº 285/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, o PLL nº 285/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 13 **SIM**; 13 **ABSTENÇÕES**.

O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para fazer a sua Declaração de Voto.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Eu quero aqui fazer uma Declaração de Voto. Vou verbalizar e já encaminho por escrito. Quero dizer que votei “sim” neste projeto, porque primeiramente vim aqui tentando prestar uma homenagem também ao Ver. Professor Garcia, que não está presente. O Ver. Professor Garcia, quando Presidente, construiu um

consenso, e esse projeto está assinado aqui por todos os Vereadores desta Casa, por todas as Lideranças. Eu era Líder, na época, e dei acordo num documento trazido pela Direção do Sport Club Internacional. Então, nesse sentido, quero dizer que voto “sim” por um acordo construído aqui, nesta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Por favor, encaminhar por escrito à Mesa, Vereador. Em discussão o PLL nº 286/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PLL nº 286/14. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 286/14.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, eu quero encaminhar o voto aqui favoravelmente a este projeto e quero repetir aqui o que falei antes da Declaração de Voto: quero prestar uma homenagem ao Professor Garcia, que foi Presidente desta Casa no ano passado – estamos desejando a sua plena recuperação – e que construiu, com todas as lideranças desta Casa, assinado aqui pela grande maioria dos Vereadores, o apoio a este projeto. Portanto, peço aqui o voto favorável ao projeto por esta razão, que foi uma construção coletiva da Casa de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 286/14.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, eu não iria me pronunciar, inclusive me absteve até então, porque eu era o autor, inicialmente, do projeto do nome da rua do Fernandão. E, depois, num acordo que houve com a Mesa Diretora, nós passamos esse mesmo nome para o local e a rua em que está a estátua do Fernandão virada para a mesma rua. Então, indo de acordo com o Ver. Comassetto, gostaria que fosse aprovado esse nome, até em respeito a toda essa articulação que foi feita pela Mesa Diretora através do Ver. Professor Garcia. Abri mão como autor desse projeto para que todos nós assinássemos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. João Bosco Vaz, o PLL nº 286/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 18 votos **SIM**; 7 **ABSTENÇÕES**.

O Sr. Idenir Cecchim (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão do PLCL nº 027/13 por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação a Indicação nº 069/14. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 069/14, como autor.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Novamente, uma boa tarde a todos e todas. Muitas vezes fizemos indicações aqui para se abrirem estudos, como algo inovador, mas o que estamos propondo aqui, a ampliação da licença-maternidade de 120 para 180 dias, já ocorre em nível federal e estadual. Talvez eu não precise fazer uma justificativa, e nem farei, da importância de as mães estarem mais próximas das crianças, por um período maior. É interessante notar, em outros países, que o período é muito maior, inclusive o da licença-paternidade, porque há, logicamente, um entendimento de que as crianças devem ser protegidas, devem ter um momento maior, além de qualidade, para ficar em contato com seus pais, antes de serem encaminhados para a educação infantil, ou uma outra forma de convívio, sem a presença dos pais.

O que fizemos aqui é dizer que a Lei nº 11.770, de 2008, que criou o Programa Empresa Cidadã, já prevê essa ampliação de 120 para 180 dias. Estou aqui lendo as normativas do Parecer nº 16.224, de 2014, da Procuradoria-Geral do Estado que também vão no mesmo sentido. Nós, aqui, abrimos essa discussão para que o Município faça esse estudo. Não acredito que a discussão possa ficar limitada à ausência dessas servidoras por um período um pouco maior. Obviamente, é importante fazer esse estudo de quantas gestantes teriam esse direito, por quanto tempo essas servidoras ficariam afastadas da sua função, mas, com certeza, é um momento que vale a pena. Estou dizendo isso pensando que no futuro teremos, como falei antes, como já é em alguns países, um

período muito maior, de dois ou três anos, em que o pai, ou a mãe, ou ambos, terão a possibilidade de ficar diretamente com seus filhos. Essa é uma visão de sociedade.

Lembro, na Conferência Municipal de Saúde, que um grupo de indígenas estava aqui e me colocou duas questões que batem forte quando questionamos os nossos modelo de civilização. Esse índio me disse assim: “Para nós não tem essa história de colocar criança lá na creche, logo que nasce, e também não temos asilos lá na nossa comunidade indígena”. Ou seja, idosos e crianças são pessoas que estão sob os cuidados da comunidade, dos pais, dos responsáveis. Acho que é nesse sentido que nós temos que pensar o idoso.

Amanhã, a Ver.^a Jussara organiza o Seminário “Saúde, um bem que se quer”, em que, justamente, será esse um dos temas debatidos. Então, fica o convite para apoiarmos essa Indicação que visa a abrir uma discussão, dentro do Executivo Municipal, sobre a ampliação do período de licença-maternidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação de nº 069/14.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu venho, Ver. Marcelo Sgarbossa, fazer uma complementação até em função dos trabalhos que estamos realizando, não só V. Exa., como Presidente, e eu, como Vice, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, mas todos os Vereadores que participam. Em relação a esse encaminhamento ao Executivo Municipal, sugerindo a ampliação do direito à licença-maternidade de 120 para 180 dias, no âmbito da Administração Pública Municipal, eu só quero dar um depoimento, porque, como Diretora Superintendente do Grupo Hospitalar Conceição, antes mesmo da lei nacional ser promulgada, em primeira instância, nós criamos a mesa de negociação coletiva, com as 14 profissões que fazem parte do complexo da Saúde, no Grupo Hospitalar Conceição. E o primeiro projeto, a primeira iniciativa da Administração, encaminhada à mesa de negociação coletiva, foi exatamente ampliar a licença-maternidade de 120 para 180 dias. Então, eu quero dizer, do mérito, o concreto do seu encaminhamento é muito importante, porque é sobre as novas relações familiares. Eu lembro, quando no processo da Assembleia Nacional Constituinte, que nós,

mulheres dos movimentos organizados, fomos lutar também pela licença-paternidade. Eu nunca vou esquecer de um Deputado Federal que olhou para nós, naquela luta, e fez a seguinte pergunta: “Por que querem licença-paternidade, se para registrar uma criança basta uma manhã, uma tarde ou uma hora?”. Nós, mulheres, ficamos estupefatas no processo constituinte. Eu me lembro de ter respondido: “Exatamente para formarmos novas relações familiares, novas mulheres e novos homens para uma nova sociedade, para que nós não tenhamos eleitos deputados como o senhor, porque a licença-paternidade é estratégica para o processo da relação da criança com o pai e com a mãe”. Achei muito importante quando o Ver. Marcelo trouxe aqui esse exemplo de outros países do mundo onde a licença-maternidade é muito maior, assim como a licença-paternidade. Eu acho que, um dia, nós deveremos chegar a esse processo, porque é assim que nós formamos a família. Não é a mulher somente a responsável. Neste caso, aqui, eu acho muito importante esta indicação. Acho que deveremos aprovar!

Trago o exemplo do Grupo Hospitalar Conceição. Todas as carteiras e profissões subscreveram... Nós fomos a primeira empresa pública do Brasil, naquela época, em articulação, com todos os sindicatos das 14 profissões, aprovado na mesa de negociação, e chegamos a ganhar o prêmio da questão de gênero do Governo Federal. Também fomos a primeira empresa pública por essa questão relativa à extensão da licença-maternidade pelo significado disso, não só no âmbito familiar, mas também no âmbito produtivo. As mulheres que podem ficar mais com a criança, naturalmente, retornam ao seu ambiente de trabalho de uma forma também diferenciada. Também sob o ponto de vista da saúde futura dessas crianças, porque o leite materno é estratégico, importantíssimo, e, quanto mais nós, mulheres, pudermos amamentar os nossos filhos, teremos gerações mais saudáveis e outras relações humanas, familiares e sociais mais saudáveis.

Esse seu encaminhamento faz imensas transversalidades. Espero que a Câmara aprove. Depois, estarei junto com V. Exa. para que o Município de Porto Alegre tome essa decisão política para garantir às mulheres trabalhadoras desta Cidade que tenham esse direito, até porque, hoje, já é lei nacional.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 069/14.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Caros colegas, venho à tribuna, em nome do Partido dos Trabalhadores, Ver.^a Sofia, Ver. Comassetto, Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Sgarbossa, autor desta Indicação, para saudar a iniciativa do colega Marcelo para que o Prefeito estude e aplique a ampliação da licença-maternidade na gestão municipal. Inclusive a nossa Casa poderia começar essa discussão no seu Regimento. Esse é um assunto absolutamente fundamental. Vários países hoje discutem a ampliação de um até dois anos na licença-maternidade. Mais do que isso, a importância da licença-maternidade, que o pai acompanhe também essa primeira infância, até para rompermos as concepções antigas e machistas de que cabe apenas à mãe a responsabilidade de cuidar da criança. Não. O pai tem que estar junto com a mãe, com as mesmas responsabilidades, compartilhando a criação da criança. Nós tivemos a grande conquista, em 1988, da licença-paternidade, como a Ver.^a Jussara nos narrou a sua luta por esse direito. Hoje, o art. 473, se não me engano, da CLT, dá cinco dias de licença-paternidade. Mas por que a mãe pode ficar 120 dias – e queremos que sejam 180 –, e o pai apenas cinco dias? Essa discussão, obviamente, não é no intuito de reduzir a licença materna, vem no intuito de ampliar a materna e a paterna para uma criação conjunta. Hoje, temos, em Porto Alegre, em torno de 35 nascimentos por dia e já temos aproximadamente 40 pessoas que fazem 60 anos por dia. A taxa de pessoas que entram na terceira idade já é maior do que o número de pessoas que nascem em Porto Alegre. Hoje isso não é um assunto do futuro. Porto Alegre já enfrenta um decréscimo populacional. Esse não é um assunto mais da Noruega, da Suécia, diz respeito à nossa realidade também o estímulo à paternidade e à maternidade responsável. O marido – estejam eles casados ou não, é importante que se destaque isso, porque não é o casamento que traz a responsabilidade da paternidade, é o fato em si daquela paternidade –, o homem tem que ter também o direito e o dever do acompanhamento dessa criança.

Então, é uma discussão que tem que encaminhar em conjunto, que vários países do mundo fazem hoje, e Porto Alegre pode dar o exemplo, até por ser a cidade com a menor taxa de nascimento de crianças do Brasil. Portanto, é uma forma de estímulo ao nascimento de crianças. É importante lembrar que, em razão do Bolsa Família, a taxa de

natalidade no Brasil reduziu muito e profundamente ao longo dos últimos dez anos, já atingindo patamares que se esperava que o Brasil atingiria em 2030. Esta é a realidade que nós precisamos discutir. Nós, aqui, que discutimos, muitas vezes, o abandono do lar desses pais em várias classes sociais. Essas ferramentas podem ser um estímulo a um cuidado conjunto, com responsabilidade por parte do homem, do pai e da mãe desta criança. Estejam eles casados ou não, porque esse tempo nós já vamos deixando para trás. O que importa é o afeto e as responsabilidades de cada um em torno dessa nova vida. Parabéns pelo projeto, Ver. Sgarbossa.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 069/14, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, senhores e senhoras, eu imaginei que a nossa Câmara já tivesse conquistado os seis meses de licença-gestante. Acho que podemos trabalhar com a Mesa Diretora e o conjunto dos Vereadores, com certeza, Ver.^a Séfora. Esta é uma das questões que o Ver. Marcelo traz como Indicação, e eu tenho, como proposta de projeto de lei que, nas terceirizações, Ver. Marcelo, nos editais, seja exigido que as empresas e cooperativas concedam seis meses de licença-gestante. Estou procurando acumular forças, nós estamos marcando uma audiência pública a meu pedido para 21 de setembro – aprovada pela Mesa – sobre as terceirizações na Prefeitura de Porto Alegre. Nós sabemos que um dos elementos que mais atinge as mulheres tem a ver, exatamente, com os direitos reprodutivos, os direitos da mulher e o direito da criança. E não é só o direito da criança à amamentação exclusiva com leite materno até os seis meses; essa é a orientação da Organização Mundial de Saúde. Para a mãe que tem que voltar a trabalhar é um sofrimento muito grande conseguir retirar leite, deixar o leite para a criança, conseguir garantir o melhor momento para a formação dela, para a sua proteção, o que é garantido pelo leite materno. Então, essa construção dos seis meses diz respeito à qualidade de vida da mulher e à qualidade de vida da criança. E me parece que esse é um ônus social, entre aspas, perfeitamente reembolsável, automaticamente reembolsado tanto pelo serviço de saúde quanto pela educação. Todos os aspectos da vida de uma

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
078ª Sessão Ordinária 24AGO2015

criança amamentada exclusivamente com leite materno e de uma mãe com condições de fazê-lo revertem em bem-estar, em saúde, em sociedade harmonizada.

Essa Indicação não tem força de lei, mas é uma Indicação para o Governo se reordenar, ordenar a sua organização e prever para o conjunto do funcionalismo. Eu quero insistir: para a terceirização também. Porque nós estamos vivendo situações de sobre-exploração das mulheres, em especial, através da terceirização na Prefeitura de Porto Alegre. Na semana passada, visitei o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, na Voluntários da Pátria. Na maioria, são mulheres que atuam com os moradores e moradoras de rua. É verdade que as moradoras são minoria, mas há várias mulheres sendo atendidas naquele local. E são todos funcionários terceirizados que, nós, em cinco contratos diferentes... Ou seja, primeiro não tem como o grupo ter uma gestão unificada; segundo, as condições de trabalho lá são péssimas. Entrei em banheiros que são para uso dos moradores de rua. A gente se sente mal, dá vontade de vomitar; não se consegue respirar, tamanho o acometimento do mofo nos banheiros, nos vestiários, nos lugares para lavar os seus pertences. Imaginem essas trabalhadoras expostas a esses ambientes de mofo, de sujeira, de ratos, situações de violência, muitas vezes, situações de doenças em função da superexposição de homens e mulheres que ali buscam abrigo, que vivem nas ruas e que são terceirizados, têm salários menores do que a sua categoria, não têm garantia da licença-gestante de seis meses, que é uma conquista das mulheres.

Então, a Indicação está correta, Ver. Marcelo. Se não queremos retroagir na CLT, nas conquistas das mulheres, proteger as nossas mulheres, temos que avançar dando exemplo na Prefeitura. E concordo plenamente com o Ver. Kopittke: o homem precisa ter mais tempo para compartilhar a maternidade e o cuidado com a criança. É bom para a mulher, para a criança e para todos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 069/14.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu, por certo, vou encaminhar favoravelmente, Ver.^a Sofia, à proposição do Ver. Marcelo Sgarbossa, só

que eu gostaria de fazer algumas observações, ressaltar alguns detalhes da vivência que a gente tem nessa área de atenção à saúde da mulher, de cuidado dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, que, realmente, acho muito importantes na análise do bojo desse pedido de Indicação.

A primeira coisa é dizer que a minha esposa teve licença maternidade de seis meses, e isso fez uma grande diferença na construção da nossa família e no aproveitamento que a criança pode ter no desenvolvimento dos primeiros seis meses, que são fundamentais.

Não é por nada que, quando se fala em mortalidade infantil, se aborda a mortalidade no primeiro ano de vida. E não é por nada que a nossa cultura latina e sul-americana comemora com tanta avidez o primeiro ano de vida do filho. A mortalidade infantil se refere à quantidade de crianças que nascem vivas e morrem durante o primeiro ano. Felizmente, mais pelos avanços da medicina e pelos esforços dos profissionais que trabalham em saúde, esses índices têm diminuído.

Quero reparar alguns dados que foram colocados aqui: Porto Alegre não tem um crescimento descendente de habitantes; Porto Alegre tem, sim, um crescimento vegetativo pequeno, mas tem um verdadeiro crescimento vegetativo, ela cresce à média de 1,3% ou 1,4% ao ano, e isso é suficiente para se manter o mesmo percentual de população e a crescer algum bocado. Então, Porto Alegre tem um crescimento vegetativo. O que nos preocupa é efetivamente a gravidez indesejada, a gravidez daquelas mulheres que não querem ter os filhos e que são obrigadas pelo Estado brasileiro – Município, Estado e União – a terem esses filhos de forma indesejada, porque o Estado não pratica programas sérios e contínuos de planejamento familiar. É muito claro isso. É dar a possibilidade às mulheres de, de forma livre e consciente, poderem escolher quantos filhos vão ter. E isso o Estado não dá às mulheres.

Sou também, Ver.^a Sofia Cavedon, completamente contrário à terceirização da atividade fim. E tenho muita preocupação com o Estado empregatício de trabalho dessas servidoras terceirizadas do Município de Porto Alegre, assim como tenho das profissionais que têm vindo ao Brasil pelo programa do Governo Federal Mais Médicos e que não têm tido o devido cuidado e quando engravidam de brasileiros – existem casos sendo estudados –, têm sido deportadas ao Governo de Cuba para praticarem a interrupção da gravidez, sem que queiram, para que não possam obter a cidadania brasileira – e isso tudo com o consentimento, pelo menos tácito, do Governo brasileiro. Tenho muita

preocupação com esses casos. Quero dizer que sou contra as terceirizações, assim como sou contra contratar qualquer ente privado ou mesmo ente público, ou mesmo conveniamento para executar atividade fim, seja da Secretaria Municipal de Saúde, seja da Secretaria Estadual da Saúde, seja do Ministério da Saúde, como é o Programa Mais Médicos. Eu acho que, na verdade, o que teria que se ter neste País é um programa sério de interiorização dos profissionais, como foi visto ontem nas redes de comunicação, na principal rede de comunicação, que não adianta fazer faculdade de Medicina de faz de conta no Interior, sem condição; não adianta fazer hospital de faz de conta no Interior, sem dar condição; não adianta interiorizar os médicos de faz de conta no Interior, sem dar condições de trabalho, porque, sem dúvida nenhuma, quando acontece isso, nós estamos colocando cada vez mais a população em risco. Mas quero dizer, Ver. Marcelo Sgarbossa, que isso é muito importante para o desenvolvimento das famílias, sejam elas quais forem, é muito importante a presença do laço materno nos primeiros seis meses de vida do nascituro.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação a Indicação nº 069/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.** Apregoo Emenda nº 01 ao PR nº 041/13. Tendo em vista que se trata de projeto de alteração do Regimento, não há dispensa do envio da emenda às Comissões para parecer, conforme art. 126, parágrafo 4º do Regimento.

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dez Vereadores presentes. Não há quórum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h19min.)